

Vereadores se mobilizam por saída imediata de Zé Carlos



Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Silva, e Zé Carlos, é alvo de investigações no Ministério Público por suspeita de pedido de propina em contratos no Legislativo e também no caso de rachadinha

Rodrigo Pomante

CRISE NA CÂMARA

Vereadores se mobilizam por saída imediata de Zé Carlos

Audios de suposto esquema de propina ampliaram movimento por afastamento

Defesa alega sigilo judicial para não se manifestar

Subvogado do vereador Zé Carlos, Ralph Tórtima Filho, foi procurado na noite de ontem e informou que "tanto a defesa quanto o vereador José Carlos, em respeito ao sigilo judicial decretado, declinam de se manifestar publicamente quanto aos áudios divulgados, somente o fazendo formalmente nos autos da investigação".

O advogado Haroldo Cartella, que atua na defesa do advogado Rafael Creato, subsecretário de Relações Institucionais da Câmara, informou que ficou surpreso com a divulgação dos áudios, que estavam sob sigilo judicial, e que seu cliente vai comprovar sua inocência por meio de documentos assim que for chamado para prestar esclarecimento pelo Ministério Público.

A Câmara Municipal informou, por meio da assessoria de imprensa, que a assessoria jurídica pessoal do vereador Zé Carlos é que responde em nome do parlamentar, alegando que as denúncias não estão relacionadas à Casa de Leis. Apesar dos fatos que suscitaram o clima na cidade, ontem o presidente da Câmara esteve no Legislativo e a Assessoria Jurídica informou que ele se mantém no cargo. A Câmara terá apenas uma sessão na próxima semana, segunda-feira, devido às eleições, com Zé Carlos até então presidindo.

Em um deles, inclusive, Zé Carlos pergunta se está sendo gravado e pede para o empresário fechar o celular. "Eu vou fechar aqui, a única coisa que eu quero que você faça é religar o celular. Você desatou o meu aqui também. É conversa de amigos", mostra trecho do áudio.

Ampla de acordo com as gravações, as conversas ocorreram em reuniões no gabinete e em locais fora da Câmara. Em um dos primeiros encontros, Zé Carlos fala sobre a necessidade de rever o contrato para diminuir custos. "Eu tenho tempo para fazer uma licitação, eu tenho, tenho quatro meses, eu não quero fazer se você me ajudar. Eu posso fazer esta licitação no ano que vem, se a gente não se acertar. Eu não quero prejudicar. Eu quero saber o que nós podemos melhorar", diz o áudio, que indica a intenção de incluir no contrato da TV outras despesas de serviços utilizados na operação da televisão.

A divulgação dos áudios que escancarou o esquema de pedido de propina para renovação de contratos de empresas terceirizadas que prestam serviço à Câmara Municipal de Campinas na gestão do atual presidente na Casa o vereador José Carlos Silva (PSB), o Zé Carlos, deixou praticamente insustentável a permanência do parlamentar à frente do Legislativo campineiro. Há vereadores que anunciam a mobilização para afastamento imediato do presidente da Câmara, outros pretendem instaurar uma CPI para apurar todos os contratos legislativos, e o Ministério Público informou ontem que está realizando as diligências pendentes para concluir as investigações de suspeita de corrupção passiva na Câmara.

Parlamentares querem investigar todos os contratos legislativos

"Com a divulgação dos áudios que indicam prática de corrupção passiva na Câmara, as bancadas do PT e do PcoB defendem o afastamento imediato do vereador Zé Carlos da presidência do Legislativo campineiro. Outros parlamentares defendem a abertura de uma CPI para investigar todos os contratos de empresas terceirizadas da Câmara. Esse pedido está capitaneado pela bancada de direita da Câmara, com o vereador Nelson Horri (PSD). Horri e o vereador Marcelo Silva (PSD) também apelaram à Justiça pela restituição da Zé Carlos da presidência da Câmara.

Para a vereadora Paula Miguel (PT), ficou insustentável a permanência de Zé Carlos na presidência da Casa. "Defendemos a investigação de corrupção passiva, é necessário uma providência. Estamos discutindo qual o melhor caminho. Vamos acionar também a Corregedoria da Câmara e a CPI não está descartada".

O assessor Zé Carlos e seu assessor Rafael Creato são investigados pelo Ministério Público por cobrança de propina de prestadores de serviço. Zé Carlos ainda enfrenta uma outra investigação de suposta prática de rachadinha, quando o parlamentar confisca parte do dinheiro de assessores.

MAIS SUSPEITAS

Ministério Público investiga também esquema de rachadinha

Três vereadores, dentre os quais Zé Carlos, são alvos de inquérito civil sobre retenção de parte do salário de assessores

Do noticiário

O vereador Zé Carlos (PSB) também é alvo do Ministério Público do Estado de São Paulo na investigação que apura suposta prática de rachadinha — ação criminosas em que

abertura de CPI. Em paralelo ao pedido de afastamento feito pelas bancadas do PT e do PcoB, outros parlamentares defendem a abertura de uma CPI para investigar todos os contratos de empresas terceirizadas da Câmara. Esse pedido está capitaneado pela bancada de direita da Câmara, com o vereador Nelson Horri (PSD). Horri e o vereador Marcelo Silva (PSD) também apelaram à Justiça pela restituição da Zé Carlos da presidência da Câmara.

Com esses áudios, não existe a menor possibilidade de Zé Carlos permanecer presidindo a Câmara. A corrupção passiva está consumada. Vou fazer o pedido para colher as assinaturas para a CPI. Agora, quem não assinar está aprovando esse esquema", disse Horri.

Apesar da pressão das bancadas de esquerda pelo afastamento de Zé Carlos, a maioria não assinou a CPI que quer investigar as denúncias. A resistência em assinar a CPI pode estar ligada aos compromissos que são requeridos para a abertura de uma CPI, como a assinatura de um relatório de investigação, a nomeação de um relator e a abertura de uma CPI. Ambos aparecem nas gravações, feitas pelo empresário, ao todo, foram gravados oito áudios.

Em outro trecho do áudio, em uma conversa entre Rafael e o dono da empresa, subsecretário diz que, avaliando a proposta de uma nova licitação ou prorrogação do contrato, pergunta o que o empresário poderia oferecer para continuar sendo o

Nesses casos, os inquéritos não foram arquivados por decisão do promotor de Justiça, Angelo Carvalhães, do Ministério Público do Estado de São Paulo, por entender existirem indícios de participação dos vereadores nas supostas irregularidades.

No caso de Zé Carlos, Carvalhães alegou que a decisão pela instauração de um inquérito civil e a continuidade das investigações contra ele ocorreu pelo fato de que quatro assessores parlamentares que trabalham com o político, dois na presidência da Casa e dois no gabinete, se negaram a colaborar com a apuração das denúncias.

Ainda conforme o promotor explicou na época, os quatro assessores do presidente da Câmara se recusaram a entregar, de forma espontânea, os extratos bancários de suas contas à

prestador de serviço. Eles chegaram até a citar a possibilidade de cobrança de horas, no valor de R\$ 1,1 mil e redução de salário em função da TV para poder "transferir a quantia". O subsecretário da Câmara insiste e diz que Zé Carlos quer saber qual seria o contraproposta da empresa e de que forma o empresário poderia ajudar. "Ele (presidente) quer saber qual seria o contraproposta para manter e de que forma a empresa pode fazer para ajudar. Há uma pressão", diz no áudio.

Em outro trecho da conversa com o subsecretário, o empresário pergunta o que poderia oferecer e questiona se Zé Carlos falou em algum valor. "Ele (Zé Carlos) passou o valor?" O subsecretário disse que não.

A proposta para conseguir financiar o pagamento de propina seria tentar aumentar o número de horas do contrato da TV. No trecho do áudio, o empresário disse que o contrato estava no limite e que haveria necessidade de aumentar o número de horas. "Vou tentar trabalhar e sobrar a gordura para eu dividir. Isso não é meu?", diz.

Em outro trecho, o empresário ainda afirma que a estratégia de cobrar horas mais no contrato não daria

Diante da negativa dos comissários em apresentar os extratos, Carvalhães recorreu ao próprio vereador Zé Carlos para que ele insturisse junto aos seus subordinados para mostrar a movimentação bancária ao promotor. No entanto, o pedido foi em vão, dado que os advogados dos assessores se negaram a informar os dados solicitados.

Diante da recusa, Carvalhães informou que a partir da instauração de um inquérito civil e da continuidade da apuração, pedirá a quebra do sigilo bancário dos comissários que trabalham para o presidente da Câmara. "Sem a informação dos extratos bancários dos assessores, não há como continuar as análises e verificar se é ou não o caso de aquilantamento da denúncia, mesmo o vereador tendo acesso integral às suas provas", disse.

A análise dos extratos das contas dos envolvidos nas denúncias é parte dos procedimentos de trabalho do Ministério Público. Qualquer movimentação suspeita identificada nos extratos pode agravar ou reduzir os indícios da suposta prática ilícita.



Durante sessão da Câmara Municipal no mês passado, manifestantes pediram a abertura de Comissão Processante de Inquérito (CPI) para apurar suspeitas de corrupção em contratos no Legislativo

Acusações contra o presidente da Câmara Municipal, Zé Carlos (PSB), afetam a imagem do Legislativo de Campinas e os trabalhos conduzidos pela Casa, que já vinham abalados desde a produção parlamentar da Câmara, divulgado pela reportagem do Correio Popular em 27 de agosto, mostrou que durante o primeiro semestre deste ano, houve um direcionamento massivo em procedimentos como requerimentos e indicações — instrumentos considerados de menor impacto na vida do cidadão — em relação ao número de projetos de lei. Foram 1.892 requerimentos e 4.483 indicações protocoladas pelos parlamentares nos primeiros seis meses, enquanto o número de projetos de lei

Acusações afetam a imagem e o desempenho do Poder Legislativo

Produção parlamentar já é abaixo da desejada e pode piorar com a polêmica

realização apenas 181. Com o agravar das acusações, o professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e cientista político Vinícius Barletta Machado disse que a atuação do Legislativo deve ficar comprometida. "No ano de eleições, qualquer tipo de denúncia pode ter impacto no eleitorado. Agora, a questão é qual é o desdobramento des-

sa denúncia", avaliou. Em relação ao Legislativo, Machado apontou que o funcionamento da Casa acaba se voltando à denúncia, deixando de lado a necessidade de investigação e acompanhamento do caso. Já em relação à sociedade, a percepção de casos de corrupção acaba inibindo a bagagem política de cada indivíduo. "Temos

um conjunto de pessoas, um número considerável do eleitorado, que já se coloca meio a margem das questões políticas e, para eles, qualquer escândalo que acontece só mais um dentro daquilo que imaginamos que já acontece rotineiramente. Independente do que esteja acontecendo, vão manter a postura negativa que já possuem", explicou.

Desempenho Pelo balanço da produção da Câmara Municipal, o número de procedimentos realizados no primeiro semestre totalizou 6,7%. Entre os procedimentos, os mais realizados foram os requerimentos, indicações, moções. Os projetos de lei ordinários, projetos de decreto legislativo e os projetos de resolução constituem minoria.

No primeiro semestre de 2021, o número total de procedimentos foi um pouco maior, 6.852. Desse total, a maioria é ambient de indicações (3.811) e requerimentos (1.800). Os projetos de lei, na ocasião, somaram 20.

Na avaliação sobre o primeiro semestre feita pela Câmara na época, o número expressivo de requerimentos e indicações indicam um papel fiscalizador e questionador do parlamentar diante das ações do Executivo. Em relação aos projetos de lei — 30 por mês em média —, a Câmara avalia que o trabalho foi satisfatório. Especialistas, no entanto, questionam os números e chamam atenção ao fato de que quantidade de projetos de lei aprovados não reflete a qualidade dessas proposições.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5